*Artigo

E o Senado?

Artigo escrito ontem neste espaço gerou uma série de comentários. Nada muito divergente na questão da eleição do próximo governador. Mas para o preenchimento de duas vagas ao Senado em 2018, esse, sim, polemizou.

Temos três senadores: Welinton Fagundes, eleito em 2014, cujo mandato vai até 2022. Ainda: José Medeiros e Blairo Maggi, cujos mandatos se encerram em 2018. A prática desses últimos anos vem demonstrando cada vez mais quer o exercício de cargos executivos além de muito penoso, é muito arriscado.

Dificilmente o governante sai ileso sem uma enxurrada de processos nas costas. O sistema administrativo público parece aquele fio de Ariadne da mitologia grega: tem ponta, mas não tem fim. Tudo é arriscado. Sendo assim, é muito mais confortável disputar o Senado, considerado o "céu" pelos políticos.

Não enfrenta os embates da Câmara dos Deputados, e lida com temas de muito melhor digestão. Já se sabe que Blairo Maggi vai à reeleição. Reeleição quase certa! O lance será quem disputará com ele a primeira suplência, porque tem enormes chances de se efetivar por muito tempo, na medida em que se espera que ele seja ministro no próximo governo, ou até vôos mais altos.

Nesse caso, ele poderá acomodar junto a si um dos atuais nomes pretendentes à disputa. Pode ser que mantenha o atual suplente, o senador Cidinho. A segunda vaga, hoje ocupada por José Medeiros será muito disputada. Por ele próprio, pelo ex-prefeito de Cuiabá Mauro Mendes e pelo deputado federal Nilson Leitão.

Porém, aí dá acordo entre eles, de modo a que um seja suplente. Mauro Mendes dificilmente abrirá mão da disputa. Nilson Leitão, coordenador da Frente Parlamentar da Agropecuária no Congresso Nacional, tem sua reeleição bastante facilitada. No sufoco, ele não vai se arriscar a uma derrota e, quem sabe, prefere reeleger-se deputado federal.

José Medeiros tem a chance de ir à reeleição ou de compor na chapa como suplente. De qualquer modo, estará muito bem cotado para deputado federal. É um bom e atuante quadro novo na política de Mato Grosso. Dificilmente nesse cenário surgirão novos nomes. Houve um visível empobrecimento de quadros na política mato-grossense.

A Assembléia Legislativa, por exemplo, perdeu completamente o seu protagonismo na política estadual depois da saída do ex-deputado José Riva. Contribuirá com quadros pobres à próxima eleição. Quase todos restritos à tentativa de reeleição.

Onofre Ribeiro é jornalista em Mato Grosso

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES
Maykon H. M. Campos
Guilherme Coutinho
Vitória Bertol

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Sintep Tangará a realiza atos contra reformas do governo

O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público (Sintep) através de seu núcleo em Tangará da Serra realiza nesta sexta-feira, às 07:30 da manhã um ato de adesão aos protestos da classe operária em todo o país contra as reformas trabalhistas e da previdência social, além da criação de teto para os gastos públicos, todos propostos pelo governo do presidente Michel Temer (PMDB).O ato terá como ponto de concentração a praça da antiga prefeitura municipal. De lá, os manifestantes partirão em passeata pela Avenida Brasil em trajeto que vai até a Escola Estadual 13 de Maio, ponto em que retornarão. O Sintep informou que todos os trabalhadores estão convidados a participar, inclusive os que se encontram desempregados. Caso as propostas tenham avanço em suas aprovações, movimentos sociais pelo país não descartam iniciar mobilizações e greves em diversos setores. No caso do Sintep, por exemplo, os profissionais encontram-se em estado de greve e a deflagração de uma greve geral não está descartada pelo sindicato.

Audiência Pública

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso realizará audiência pública no dia 22 de maio, às 14h30, para debater o serviço de Acolhimento de crianças e adolescentes em Mato Grosso. A audiência foi requerida pelo primeiro-secretário da ALMT, deputado Guilherme Maluf (PSDB), juntamente com a deputada Janaina Riva (PMDB).

Adoção

Na ocasião, serão debatidas as modalidades de acolhimento, que atualmente se dividem em Institucional - feita em abrigo, casa ou república e Familiar. "Esse é um tema muito importante e precisa ser amplamente debatido, afinal, é o bem-estar e o desenvolvimento de crianças e adolescentes que estão em jogo", explica Guilherme Maluf.

Emergência

A situação de emergência em municípios do Amapá, Mato Grosso, da Bahia, de Minas Gerais e São Paulo foi reconhecida nesta quinta-feira, 30, pelo Ministério da Integração Nacional. Com a medida, as prefeituras passam a ter acesso às ações de apoio emergencial da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) para socorro.

Cidades

O extenso período de seca e estiagem levou à situação de emergência as cidades de Pilão Arcado, Malhada de Pedras, Mirangaba, Várzea Nova, Gentio do Ouro, São Miguel das Matas e Anguera, na Bahia, além do município mineiro, Josenópolis. Chuvas intensas afetaram Vila Rica, em Mato Grosso, e Sagres, em São Paulo.

*Bastidores da Política

Reclamou

Maurizan Godoi (PSD) reclamou esta semana do tratamento que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Samae) está dispensando a um servidor que trabalha na guarita do ecoponto do Aterro Sanitário. O vereador contou ter tido conhecimento do caso pela imprensa, que denunciou a falta de teto e bebedouro na guarita em que o servidor trabalha.

"Vergonha"

Para o vereador, a situação penosa causa vergonha a qualquer tangaraense. O vereador pediu medidas urgentes por parte do prefeito Fábio Junqueira (PMDB). "Se o diretor do Samae não resolveu, está na hora de você resolver prefeito Fábio. Porque eu imagino que você não deve estar a favor de um tratamento desses a um trabalhador", afirmou.

Bandeira Branca

Sobre o programa de pavimentação urbana, Taques explicou que R$ 80 milhões serão oriundos do Poder Executivo e outros R$ 80 milhões vindos do duodécimo do Poder Legislativa. "Entendemos, todos os deputados, que podemos fazer uma economia de R$ 80 milhões entre 2017 e 2018", disse o presidente da ALMT, Eduardo Botelho.

Nomes

Os deputados Águas Moraes (PT), Carlos Bezerra (PMDB) e Valtenir Pereira (PMDB), além do senador Wellington Fagundes (PR). "Nós convidamos a bancada de Mato Grosso para um jantar, para uma conversa ontem. Quero agradecer toda a bancada, os oito deputados federais foram, os três senadores também compareceram", disse Taques.

União

"Lá em Brasília, não existe partido político, não existe grupo político, existe um partido chamado Mato Grosso e é isso que discutimos", completou. As declarações de Taques foram dadas durante lançamento do Programa Pró-Escolas, que tem a finalidade de promover ações e investimentos para melhorar a estrutura das unidades estaduais.

Recursos

O governador Pedro Taques disse ainda que aproveitou a viagem a Brasília para tentar a liberação de recursos para Mato Grosso junto à Secretaria do Tesouro Nacional, no Ministério da Fazenda. "Tivemos várias sinalizações. Ontem a reunião foi muito importante para que possamos liberar de uma vez por todas uma operação que estamos buscando", disse.

Denúncia

O ex-deputado federal Pedro Henry (PP) é um dos 10 membros do PP denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF) por um suposto esquema de propina instalado na Petrobras entre 2004 e 2014. A ação de improbidade administrativa, pede a devolução de mais de R$ 2 bilhões, perda dos cargos e suspensão de direitos políticos dos envolvidos.

Investigações

Segundo as investigações, Henry estava entre os líderes do partido que faziam negociatas para o pagamento de propina. De acordo com a denúncia, foi encontrado o funcionamento de dois esquemas de desvios de verbas da Petrobras. A ação pede ainda a perda de contagem de tempo para aposentadoria parlamentar dos envolvidos.

Denúncia é novo capítulo no histórico de Henry junto à justiça

Henry já havia sido condenado, na ação penal derivada do Escândalo do Mensalão, em dezembro de 2012, a sete anos e dois meses de prisão, em regime inicial semiaberto. Ele foi acusado de ter recebido dinheiro em troca de apoio no Congresso Nacional ao Governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também foi aplicada ao parlamentar a multa de R$ 932 mil.

Até dezembro de 2013, Pedro Henry cumpria a pena no presídio da Papuda, em Brasília. Depois, foi transferido para a Polinter, em Cuiabá. Em outubro de 2014, passou para o regime de prisão domiciliar, mediante monitoramento por tornozeleira eletrônica.

Em dezembro de 2015, o ministro Luis Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu livramento condicional ao ex-deputado federal.